

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE DEZEMBRO DE 2007**-----

-----Aos três dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que disse que se comemora hoje o Dia Mundial da Pessoa Portadora de Deficiência e observa que já houve uma melhoria nas condições de mobilidade das pessoas com deficiência, mas, quando se faz uma intervenção urbana de raiz, tem de haver uma sensibilidade ao tomar medidas, para mais tarde não ter de corrigir. Por exemplo, a Travessa do Mercado levou passeios reconstruídos e candeeiros de iluminação que, só por si, são barreiras arquitectónicas que impossibilitam a utilização do passeio pelos peões, não permitindo a deslocação de um carrinho de compras e muito menos meios auxiliares das pessoas deficientes. Chama a atenção para quem fiscaliza as obras e faz projectos, para que se confira os meios necessários de mobilidade aos cidadãos com deficiência, a fim de que se não tenha mais tarde de andar a fazer correcções.-----

-----A mesma Vereadora chamou a atenção para a existência de uma paragem dos TUA no Pupo, linha vermelha, mesmo por baixo de uma

obra em construção, pelo que deve ser alterada enquanto durar a obra.-----

-----Disse a mesma autarca que recebeu informação dos Serviços de Saúde, respeitante ao futuro reagrupamento dos centros de Saúde e exprime a sua preocupação, mesmo ainda não existindo legislação, porque há pouca definição e tem receio que se percam cuidados de saúde primários. Solicitou que o assunto seja trazido ao executivo quando houver mais informação.-----

-----Relembrou a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que, em reunião de catorze de Novembro de dois mil e sete, foi acusada de não ter feito o trabalho de casa, sobre um ponto agendado na Ordem de Trabalhos referente à Alteração do Plano de Pormenor do Canto do Jardim, porque queria que o Sr. Presidente informasse quando tinha sido deliberado em reunião de Câmara alterar o Plano de Pormenor, porque não se lembrava. O Sr. Presidente teve uma reacção violenta e agora compreendo porquê. E porque faço o trabalho de casa, apurei que o que saiu em Diário da República a anunciar a alteração do Plano de Pormenor, o Edital de vinte e dois de Março de dois mil e cinco, alega que a alteração daquele Plano foi deliberada em reunião de sete de Fevereiro de dois mil e cinco. Foi ver à Acta de sete de Fevereiro de dois mil e cinco e, leu o teor da deliberação, como segue: "O Sr. Presidente propôs a aprovação da alteração ao Plano de Pormenor do Canto do Jardim, em Almeirim, a fim de permitir a implantação de anexos nos respectivos lotes. A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a proposta lhe levantava dúvidas quanto à percentagem de área de implantação, pelo que o assunto passa para resolução numa próxima reunião." Portanto, o assunto passa para resolução numa próxima reunião, no entanto, em Diário da República foi publicado como tendo havido deliberação. Isto foi levantado pela CDU na última sessão da Assembleia Municipal, os membros do PS fizeram orelhas moucas e quer explicações sobre isto. Com a alteração do Plano de Pormenor até concorda, porém ela vem aqui para aprovação depois de executada, porque os anexos já lá estão.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício entregou cópia das 'não-respostas' do Sr. Presidente da Câmara aos seus requerimentos números quatro e cinco e a todas as questões colocadas em Reuniões do Executivo e notou que cinco requerimentos num ano é um número reduzido e que mereceriam, no mínimo, um tratamento sério e democrático, pelo que ditou para a acta a seguinte declaração:-----

-----«A repetida postura do Sr. Presidente da Câmara em relação a todos os Requerimentos e questões por mim colocadas em reunião do Executivo, tem sido a de teimosa e antidemocraticamente não responder ou a de o fazer de uma forma evasiva. Na minha opinião, o Sr. Presidente da Câmara tem-se recusado sistematicamente a prestar, ao Executivo Municipal, as informações a que, por Lei, é obrigado.-----

-----Essa reiterada actuação, leva-me a tomar as medidas legais que constituem o ordenamento jurídico nacional, porque o dever e obrigação de um autarca democraticamente eleito é cumprir a lei, defender os interesses municipais e praticar a democracia, sobretudo quando se trata de um eleito do Partido Socialista.»--

-----O mesmo autarca apresentou o seu Requerimento número seis de dois mil e sete, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor:-----

-----«Assunto: Listagem de adjudicações de obras públicas efectuadas em dois mil e seis - Francisco Manuel Maurício do Rosário, Vereador, em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o estipulado na alínea f) do nº 1, do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, de acordo com os poderes de fiscalização que compete aos membros da Câmara Municipal, previstos no artº 64º das Leis atrás referidas, **solicita que lhe seja fornecida a listagem de adjudicações de obras públicas efectuadas em 2006 e publicada no Diário da República**, conforme dispõe o artº 275º do DL n.º 59/99, de 02/03.-----

-----Transcreve o Artigo 275.º - Publicação de adjudicações - As entidades públicas adjudicantes de empreitadas de obras

públicas deverão obrigatoriamente, no 1º trimestre de cada ano, publicar na 2a série do Diário da República, lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano anterior qualquer que tenha sido o seu valor e forma de atribuição, referenciando estes valor e forma de atribuição e respectivas entidades adjudicatárias).»-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que alerta 'pela quinquagésima vez' para que, na Estrada de Coruche, em Almeirim, mantém-se apagada a marcação do pavimento e trata-se de uma zona de acidentes, devendo ser reposto o traço, no sentido de quem corta para o parque de estacionamento.-----

-----Referiu o mesmo Vereador que, num passeio que fez junto à vala de Alpiarça sentiu cheiro de água poluída quase em frente à vacaria e deparou-se com um tubo de PVC que desagua águas sujas para a Vala. Gostaria que a autarquia efectuasse as diligências necessárias junto das autoridades oficiais, designadamente a GNR e o Ministério do Ambiente, para pôr fim ao atentado ambiental, porque se não o fizer, fá-lo-á o próprio Autarca.-----

-----O mesmo autarca lembrou que aguarda a resposta do Sr. Presidente da Câmara ao seu requerimento relativamente às obras licenciadas e contra-ordenações, mas ficou sem perceber o comentário do Sr. Presidente de comunicar aos munícipes as suas preocupações.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----ACTAS - O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta da reunião de catorze de Novembro passado, introduziu alterações à Acta de dezanove de Novembro e determinou a redistribuição da Acta de vinte e nove de Outubro.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu
conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em

projectos de arquitectura, respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----
-----Francisco Lucas Casqueiro - duzentos e oitenta e oito de dois mil e seis; Argentina Rosa Nunes - cinquenta e sete; Carlos Alberto Vaz Janine - cento e noventa e oito; e José Manuel Ramos David - duzentos e noventa e três, todos de dois mil e sete.----

-----PROJECTOS GLOBAIS - o Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras abaixo mencionados, ao abrigo da delegação de competências: -----

-----A.P.N. - Investimentos Imobiliários, SA - cento e cinquenta e cinco e cento e cinquenta e seis; Salazar & Costa - Construções, Lda - trezentos e onze-A, todos de dois mil e seis; Gonçalo Manuel Santos Brizio - vinte e quatro; António Silva Lourenço - cento e quarenta e seis; Elisabeth Monsanto Fulgêncio - duzentos e dezasseis; Agrovinal - Produtos para a Agricultura, Lda - duzentos e vinte e nove; Imoretalho, Gestão de Imóveis, SA - duzentos e oitenta e oito; SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança de Emergência, SA - trezentos e oito e trezentos e nove; Torribe - Organização de Produtores Horto-Frutícolas, SA - duzentos e sessenta; Quinta do Foral - Imobiliária, Lda - trezentos e quarenta e cinco e trezentos e quarenta e seis, todos de dois mil e sete.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de Filipe Miguel Tação Pedro solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer do direito de superfície do segundo andar esquerdo do lote vinte e nove da Avenida D. João primeiro, em Almeirim.-----

-----O executivo deliberou não usar o direito de preferência.---

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi novamente presente o

requerimento de Bacalhau, Nunes & Lopes, Ld^a, respeitante ao pedido de transmissão do direito de superfície dos lotes onze e dezanove da Zona Industrial de Almeirim, que foi objecto de deliberação em dezanove de Novembro passado.-----

-----O Sr. Presidente informou que o gerente da empresa lhe comunicou não serem devidas as compensações impostas, em virtude dos lotes terem sido adquiridos ao abrigo de um Regulamento que não as impunha e não estarem previstas na escritura de aquisição. O mesmo, aliás, se retira da informação do consultor jurídico, que não pondera essa obrigatoriedade porque não é aplicável ao presente caso.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que quer esclarecimentos porque a funcionária que secretaria a reunião disse que o novo Regulamento se aplica à antiga Zona Industrial. E ponderou que quem adquire à Câmara um lote na Zona Industrial faz um acordo com a Câmara, aceitando o que é previsto no Regulamento em vigor à altura. Posteriormente muda-se as regras do jogo com um novo regulamento e, no seu entender, ao revogar-se o regulamento anterior passa a aplicar-se o novo. Sendo o Estado uma pessoa de bem e tendo o Sr. Presidente tornado claro que há um Regulamento que se aplica à Zona da Actividades Económicas, quer saber até que ponto se aplica à antiga Zona Industrial, isto é, se o Regulamento se aplica em termos retroactivos. Para si, não se devia aplicar, porque era mudar as regras de jogo a meio. Houve um cidadão que veio cá por esse motivo e deram-lhe uma informação contrária.-----

-----Discutido o assunto pelos Srs. Autarcas, foi deliberado autorizar a transmissão do direito de superfície, sem a aplicação das compensações, por não serem devidas.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - O executivo tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do PCP na qual transmite a sua proposta para inclusão em PIDDAC, no Orçamento

de Estado para dois mil e oito do projecto referente ao Lar da Terceira idade de Benfica do Ribatejo, da Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo e que foi reprovada.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com as deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-----

-----Associação Desportiva de Paço dos Negros - duzentos e trinta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos, Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - sessenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos, União Futebol Clube de Almeirim - cento e dezanove euros e vinte e quatro cêntimos, Rancho Folclórico Velhas Guardas de Fazendas - quatrocentos e noventa e quatro euros e dezassete cêntimos, orfeão de Almeirim - cento e setenta e seis euros e trinta e oito cêntimos, Escola Secundária de Almeirim - duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos, Escola Moinho de Vento - vinte e seis euros e setenta e seis cêntimos, Escolas P três e Moinho de Vento - oitenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos, Casa de Repouso de S. João Baptista - trezentos e cinquenta e nove euros e oitenta e um cêntimos, STAL - duzentos e dezanove euros e dois cêntimos, Junta de Freguesia de Almeirim - sessenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos, Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo - duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos, e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil trezentos e sessenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Secção de Patinagem do Hóquei Clube Os Tigres, para as provas de promoção - cento e quarenta euros; Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follereau, para a sua actividade -

cem euros; Associação de Defesa do Património histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, para os Jogos Florais - novecentos euros; Secção de Atletismo da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para a prova Corta Mato de Abertura - duzentos e cinquenta euros; Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim, para informatizar o Centro de Convívio - dois mil novecentos e noventa e dois euros e noventa e quatro cêntimos; refeitório Escolar de Marianos e sob proposta da Sr^a. Vereadora Joana Baptista, para pagamento de facturas atrasadas - mil novecentos e oitenta e sete euros e quarenta e um cêntimos; Movimento FAC, para a sua Venda de Natal - trezentos euros; Associação Desportiva Fazendense, para aquisição de uma máquina de lavar roupa - mil novecentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos e Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, para a reparação da fotocopiadora da escola - duzentos e seis euros e setenta e nove cêntimos.-----

-----Para as duas deliberações que seguem ausentou-se o Sr. Vice-Presidente, por se considerar legalmente impedido:-----

-----Foram ainda atribuídas, à Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, as transferências de oitocentos e vinte e cinco euros, com destino ao Torneio Aberto em Doublette que se realizou no dia vinte e cinco de Abril e de novecentos euros para o Segundo Torneio em Doublette Taça Cidade de Almeirim, que teve lugar no dia vinte e quatro de Junho.-----

-----Retomou o lugar o Sr. Vice-Presidente que referiu ter sido furtado diverso equipamento ao União Futebol Clube de Almeirim no assalto à sua sede e há necessidade de repor o mais premente. Propõe, por isso, que seja adquirido um computador multi-funções, a doar ao Clube.-----

-----O executivo concordou.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - Foi presente a carta do Orfeão de Almeirim solicitando a oferta de um jantar para setenta pessoas, no dia quinze de Dezembro, por ocasião do Concerto de Natal.-----

-----A Câmara deliberou oferecer.-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - Foi presente a carta da Associação Sénior de Almeirim solicitando que aos alunos da Universidade Sénior de Almeirim seja concedido passe de estudante nos TUA.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----TOPONÍMIA - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou atribuir o topónimo de Rua da Casa do Povo à designada Rua A da Urbanização da Villa das Taipas II, em Almeirim, entre o Largo da Casa do Povo e a Rua Professor Sousa Franco.-----

-----TRÂNSITO - Presente o ofício da junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim solicitando a colocação de lombas na Rua Marechal Craveiro Lopes, junto à bomba da Sofazil e na Estrada do vale barrocas, junto ao Beco dos Sapateiros e uma placa de limitação de velocidade na Rua Marechal Craveiro Lopes, à entrada da vila pelo IC dez.-----

-----Presente também o ofício da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo solicitando a colocação de espelhos parabólicos na Rua António Batista, em Cortiçóis e na EN cento e dezoito, uma banda sonora na Rua do Campo da Bola, em Foros de Benfica e sinais da aproximação de estrada com prioridade na mesma rua e na Rua Primeiro de Maio. Solicita ainda a colocação de duas lombas na Rua Henrique Galvão, em Cortiçóis.-----

-----A Câmara deliberou deferir todos os pedidos.-----

-----VENDA DE BENS DISPENSÁVEIS AO SERVIÇO - Foi presente a proposta de Jorge Manuel de Freitas Ferreira com vista à aquisição de pinhas das árvores do Parque da Zona Norte, pelo preço de cem euros.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva justificou que o menor valor em relação ao ano passado se deve a ter havido um desbaste nas árvores e a consequente diminuição de produção.-----

-----A Câmara deliberou vender ao único interessado, pelo valor proposto.-----

-----VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITA - Foi presente a informação da Secção de Taxas e Licenças comunicando a relação de devedores de taxas de publicidade respeitantes ao corrente ano, no montante de sete mil oitocentos e doze euros e setenta e sete cêntimos.--

-----A Câmara deliberou determinar o débito à Tesouraria.-----

-----DERRAMA - RECOMENDAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Foi presente a Recomendação do seguinte teor:-----

-----"Na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Almeirim, realizada no dia dezasseis de Novembro de dois mil e sete, foi deliberado aprovar a proposta do Executivo Municipal, de acordo com o n° 1 do Artigo 14° da Lei n° 2/2007, de 15 de Janeiro, de lançamento, à cobrança no ano de dois mil e oito, de uma derrama de um e meio por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.-----

-----Foi também deliberado aprovar, de acordo com o estipulado no n° 4 do Artigo 14° da Lei n° 2/2007, de 15 de Janeiro, lançar uma taxa reduzida de um por cento de Derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios, em dois mil e sete, que não ultrapasse os cinquenta mil euros.-----

-----De acordo com a alínea e) do n° 2 do Artigo 53° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n° 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o n° 2 do Artigo 12° da Lei n° 2/2007, de 15 de Janeiro, foi deliberado recomendar ao Executivo Municipal a isenção de pagamento de Derrama para todos os sujeitos passivos que tenham iniciado a sua actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola em dois mil e sete e

cujo volume de negócios não ultrapasse os cinquenta mil euros.--
-----Na convicção de que a Derrama é o imposto local de solidariedade, com estas medidas hoje aprovadas, o grupo do Partido Socialista, ao propor e aprovar estas medidas, contribui para a implementação de uma estratégia de incentivo aos jovens empreendedores no nosso Concelho."-----
-----A Câmara deliberou aceitar a recomendação da Assembleia Municipal, formulada em Proposta pelo Sr. Presidente.-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou:-----
-----"Voto a favor da proposta porque esta Recomendação emanada da Assembleia Municipal fazia parte da minha proposta de Derrama para dois mil e oito e que, em proposta alternativa à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, onde não foi possível encontrar um ponto comum ao contrário do que se passou com o IMI, foi rejeitada. Folgo em ver que agora ela foi aprovada por unanimidade."-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:-----
-----"Voto a favor da Recomendação apresentada pelo PS dado que representa um estímulo ao crescimento das empresas no Concelho de Almeirim. Só lamento que não se siga o princípio proposto pelo PSD de isentar todas as empresas do Concelho, dados os bons exemplos existentes a nível nacional, cito Benavente, Oeiras, Leiria e outras."-----

-----EMPRÉSTIMO - RECOMENDAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Foi presente a Recomendação aprovada na sessão do órgão deliberativo de dezasseis de Novembro passado, do seguinte teor:-----
-----"Que a Assembleia Municipal aprove e autorize um empréstimo bancário no valor de quinhentos mil euros, a ser contratado pela Câmara Municipal de Almeirim."-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou a que obras se destina e comentou que se trata da violação de uma regra financeira básica.-----
-----O Sr. Presidente disse que nada obriga, neste momento, a fazer a discriminação das obras a que se destina.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos considerou que deviam ser elencadas as obras a que se destina o empréstimo, integrando-as em proposta formal e disse estranhar o procedimento em abstrato.-----

-----O Sr. Presidente disse que irá, a seu tempo, fazer isso.---

-----Submetida a votação a aceitação da Recomendação da Assembleia Municipal, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção do Sr. Vereador Maurício do Rosário.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido por considerar inadmissível e inaceitável, e até de duvidosa legalidade, uma autarquia contrair um empréstimo sem destino prévio, abstracto, sem definição prévia das necessidades económicas em função das obras que pretende realizar ou investimentos a fazer.-----

-----Os bancos não dão nada a ninguém, um empréstimo é uma venda de dinheiro à entidade que o adquire, venda essa que se irá pagar, como é público, acrescida de juros. Por isso, no meu entendimento, a autarquia deve-se comportar como qualquer cidadão: adquirir os empréstimos estritamente necessários às suas actividades, as quais não foram aqui minimamente definidas. E considero um exemplo muito negativo em termos de gestão autárquica e aos cidadãos em geral, quando tanto se fala em sobreendividamento e da necessidade de controlar os montantes dos empréstimos, que esta Câmara não pondere mais as suas necessidades."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido por entender que a Câmara Municipal de Almeirim não pode aprovar um empréstimo em abstracto. Um dos princípios das Finanças Públicas é o conhecimento claro das despesas, custos e receitas do funcionamento de uma autarquia. A meu ver, o Grupo do PS devia ter apresentado uma proposta concreta para a realização do empréstimo. Por último, o PSD não passa cheques em branco a ninguém."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário declarou que se abstém, embora não tenha qualquer dúvida sobre a recomendação.-----

-----Em resposta a uma objecção do Sr. Presidente, a Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que na Assembleia da República, que é o órgão que faz as leis, utiliza-se a declaração de voto em abstenções.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício acrescentou "Quanto à futura boa utilização dos dinheiros, tenho, sim, algumas dúvidas quanto à forma como a proposta é apresentada, daí a minha abstenção."-----

-----O Sr. Presidente disse:-----

-----"Não esteve em discussão nenhuma proposta. Aquilo que esteve presente nesta reunião foram recomendações enviadas pela Assembleia Municipal, que, tendo sido aceites pelo executivo, vão consubstanciar propostas e, essas sim, serão fundamentadas de modo a justificar a abertura de um processo de concurso. É evidente que para a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que há anos nos anda a acusar de termos ultrapassado a capacidade de endividamento, o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais provocou-lhe uma profunda decepção."-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse subscrever esta declaração.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LECTIVO 2007/2008 - O Sr. Presidente submeteu a ratificação do executivo o seu Despacho de vinte e seis de Novembro passado, que determina a adjudicação das Actividades de Enriquecimento Curricular para o Ano Lectivo de dois mil e sete/ dois mil e oito a Inforinfantil - Informática para Crianças, Ld^a, pelo preço de cento e setenta e seis mil quinhentos e cinquenta e seis euros e seis cêntimos, a que acresce o IVA, em virtude de não ter sido dado provimento à reclamação do concorrente JGNR - Organização de Eventos e Projectos Educativos, Ld^a.-----

-----A Câmara deliberou ratificar a Decisão do Sr. Presidente no que concerne à adjudicação final do mencionado concurso público por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Maurício do Rosário e Manuela Cunha e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----"É óbvio que as Actividades de Enriquecimento Curricular no Primeiro Ciclo já estão mais do que comprometidas, mas esse desiderato é da responsabilidade exclusiva do Sr. Presidente da Câmara e não pode ser motivo para que se aprove esta proposta relativa ao concurso onde não foram cumpridos os requisitos essenciais.-----

-----Voto, pois, contra e faço voto de vencido novamente, porque se da primeira vez achei que no acto concursal não existiu nenhuma clareza nem profissionalismo, agora verifica-se rigorosamente o mesmo.-----

-----O parecer jurídico apresentado que pretende consubstanciar a decisão do júri, em vez de me convencer, ainda me levanta mais dúvidas quanto à legalidade deste concurso, pelo que acho que deveria ser anulado em nome da legalidade, do rigor e do bom nome de quem nele participou."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido não só pelo atraso do próprio concurso mas também pela falta de clareza de todo o processo evidenciada e que não permite confiar plenamente na proposta apresentada pelo Júri do Concurso."-----

-----O Sr. Presidente fez a sua declaração de voto, como segue:-

-----"Voto favoravelmente e quero, sobretudo, regozijar-me com a acusação que me é feita porque, se assim não fosse eu estranharia e porque é prova de que o trabalho do Júri do Concurso foi correcto e o parecer do consultor jurídico assim o confirma. Manifesto ainda a minha satisfação porque estamos a fazer a adjudicação de um concurso que, até agora, não mereceu por parte dos pais e encarregados de educação nenhuma reacção

adversa, enquanto no ano passado, sob a responsabilidade do Sr. Vereador Francisco Maurício, entraram centenas de assinaturas em abaixo-assinados, protestando contra todo o processo.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu:-----

-----“O ano lectivo iniciou em Setembro de dois mil e sete. O ano passado, sob minha responsabilidade, as actividades estavam todas programadas e entregues para se iniciarem no primeiro dia de aulas, tendo iniciado unicamente em Janeiro, com três meses de atraso, por responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara, que preferiu fazer uma ‘gracinha’ com alguns encarregados de educação e professores, sobretudo, prejudicando mil alunos do primeiro ciclo, privados das actividades de enriquecimento curricular durante três meses. Este ano já repetiu os três meses, porque não é previsível que as actividades de enriquecimento curricular em todo o primeiro ciclo do Concelho se iniciem, mais uma vez, antes do segundo período. Isto é desbaratar dinheiros públicos. Isto é não ter qualquer consideração pela educação do primeiro ciclo, de que o executivo municipal não se pode demitir.”-----

-----O Sr. Presidente disse:-----

-----“Esclarecendo, não se pode confundir transparência e concertação com pais e professores, que são os grandes intérpretes do nosso sistema educativo, com processos ditatoriais de imposição de critérios que a ninguém satisfazem. Vejam-se os abaixo-assinados.”-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário disse:-----

-----“Em defesa da minha honra quero devolver o ‘ditatorial’ ao Sr. Presidente e não prescindo de juros de mora.”-----

-----O Sr. Presidente retorquiu: “Pode esperar sentado.”-----

-----Às dezassete horas saiu a Sr^a Vereadora Joana Baptista.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO - A Sr^a Vereadora

Manuela Cunha leu a sua intervenção, cujo agendamento na Ordem de Trabalhos requereu, do seguinte teor:-----
-----" Ao solicitar, na passada segunda feira dia vinte e seis de Novembro, a inclusão deste ponto para a Ordem de Trabalhos desta reunião, fi-lo por considerar que a população de Almeirim tem o direito de saber, uma vez por todas, se a qualidade da água que bebe está a ser devidamente controlada e garantida.----
-----Não é a primeira vez que abordo esta questão em reunião de Câmara e que exijo ao Senhor Presidente explicações. Foi por minha pressão, ainda no anterior mandato, que a Câmara começou a expor o resultado das análises como manda a lei. Relembro também, que na reunião deste Executivo no passado dia dois de Julho, denunciei e questionei o Senhor Presidente pelo facto de não estarem a ser feitas, no Concelho de Almeirim, o número de análises previstas na Lei e no Programa de Controlo de Qualidade da Água e por também não estarem a ser analisados todos os parâmetros obrigatórios segundo o Decreto Lei em vigor nos quais se incluem, entre outros, os metais pesados nomeadamente o cádmio, o crómio, o arsénio que são cancerígenos. Como já é hábito, o Senhor Presidente remeteu-se ao silêncio na reunião, prometendo esclarecimentos para mais tarde.-----
-----Passados cinco meses sobre essa reunião e após ter lembrado várias vezes o assunto em reunião de Câmara e não tendo obtido os esclarecimentos então prometidos pelo Senhor Presidente, tomei eu a iniciativa de os trazer aqui hoje (tal como aliás já fiz em anos anteriores), para que a população do Concelho de Almeirim saiba claramente com o que contar, ou mais concretamente, saiba com o que não pode contar.-----
-----Relativamente ao ano de dois mil e seis, o relatório do IRAR vem confirmar o que eu denunciei, que a Câmara de Almeirim, responsável pela qualidade da água que bebemos:-----
-----Só fez trinta e cinco por cento das análises a que estava obrigada (ainda menos do que dois mil e dois e dois mil e três onde tinha feito perto de cinquenta por cento);-----
-----Não avaliou um conjunto de parâmetros fundamentais para

garantir a saúde pública, nomeadamente os metais pesados dos quais já falei;-----

-----Não entregou o Programa de Controlo de Qualidade da Água para dois mil e sete ao IRAR (Instituto Regulador da Águas e Resíduos) dentro do prazo devido. Aliás será que o entregou? (temos de aguardar pelo relatório do próximo ano). É de relembrar que em dois mil e quatro a Câmara de Almeirim fez parte da dezena de Câmara do país que não entregou o referido Programa ao IRAR e em dois mil e cinco também não o entregou sobre a forma adequada, não permitindo a sua avaliação em tempo e hora, situações já aqui denunciados por mim.-----

-----Almeirim destaca-se pela negativa no Distrito de Santarém onde a grande maioria dos Concelhos cumprem quase a cem por cento, ficando muito à frente de Ourém e Rio Maior que atingem quinze por cento de incumprimentos. E todos estes Concelhos com excepção de Almeirim melhoraram o seu controlo nestes últimos anos.-----

-----Mas a gravidade da situação não fica por aqui. Visto que a denúncia que fiz na reunião de dois de Julho deste ano, não se reporta às análises da água de dois mil e seis, mas sim às do primeiro trimestre de dois mil e sete, o que quer dizer que o incumprimento continua em dois mil e sete. Isto mesmo depois das advertências do IRAR em relação a dois mil e cinco e a dois mil e seis e mesmo depois de uma inspecção (no mínimo) deste instituto em dois mil e cinco, referida no relatório. Por outro lado, nas análises feitas este ano e expostas, haviam valores paramétricos acima do considerado aceitável para a saúde pública, e até situações incompreensíveis de valor mínimos superiores a valores máximos!!! Também nas quatrocentas e dezoito análises efectuadas em dois mil e seis (o que equivale a trinta e cinco por cento do que deveria ter sido feito) e entregues ao IRAR existem valores superiores ao aceitável em termos da Lei.-----

-----Vem agora o Senhor Presidente para um órgão de comunicação social, escusar-se com o laboratório. Mas essa é uma situação

conhecida de sempre, aliás o IRAR tem a lista dos laboratórios que estão credenciados e quem faz o quê. A verdade é que nesta Câmara reina uma total desorganização dos serviços e não está estabelecida claramente uma cadeia de responsabilidades, nem nunca são pedidas contas a ninguém por incumprimento. E se as coisas ainda vão funcionando não é graça à organização mas sim ao empenho de alguns funcionários mais zelosos. No que diz respeito ao controlo da qualidade das águas, desde que o Engenheiro Manuel Galego se reformou que reina a incúria. E nem o Presidente, nem nenhum Vereador eleito pelo PS parece incomodado com a situação.-----

-----Para "Os Verdes" e para a CDU esta situação de incumprimento e desleixo que se pode agora verificar nesta competência da Câmara, numa área de grande importância para a saúde das populações, não é única e ilustra bem a falta de organização, o mau funcionamento, a incompetência e a falta de respeito pelas populações que vai nesta Autarquia onde o Partido Socialista tem maioria absoluta e onde os eleitos deste partido gastam grande parte das suas energias em lutas pelo poder e operações de marketing para o preservar a todo o custo, deixando por resolver problemas de maior importância para as populações e para o Concelho.-----

-----E a conclusão de tudo isto é que a população de Almeirim tem o direito de desconfiar da água que lhe é fornecida pela Câmara, até provas do contrário."-----

-----O Sr. Presidente informou que em dois mil e sete as análises foram escrupulosamente feitas e acompanhadas pelo IRAR e um especialista em matéria de água para consumo humano.-----

-----A uma interrupção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, o Sr. Presidente respondeu "não estou interessado em estabelecer diálogo consigo."-----

-----E acrescentou o Sr. Presidente que, no contexto dos Municípios da região, este é o que melhores resultados apresenta na qualidade da água de consumo humano.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que é mentira.-----

-----O Sr. Presidente continuou: "E ficou provado pelas análises feitas regularmente que a qualidade da água é inquestionável, a mesma não oferece perigo para a saúde pública e, ao contrário, pode ser consumida sem qualquer objecção. E, perante as interrupções daquela autarca o Sr. Presidente respondeu "Eu não abri a boca quando a Sr^a falou e não lhe admito mais nenhuma interrupção."-----

-----REVISÃO DO PDM - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que na Raposa, há eleitos do PS que andam a dizer que já foi aprovada a revisão do PDM e gostaria de saber se o foi, para não ficar por mentirosa.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que sempre informou o executivo que, enquanto não estiver concluído o Plano Regional de Ordenamento do Território, não é oportuno aprovar a revisão do Plano Director Municipal, porque este instrumento urbanístico vai ser integrado no outro de maior relevância e a ele terá que se adaptar. Se o PDM for aprovado antes, não respeitando as coordenadas que o PROT comporta, ficará desactualizado mais uma década ou estaremos a revê-lo daqui a dois anos. E demonstrou com o relatório da última reunião, realizada em Peniche, a influência que este instrumento tem nos PDMs, concluindo que efectuar a revisão antes é um erro grosseiro.-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No Período do Público usou da palavra o Sr. Manuel Lucas, que disse:-----

-----No Jardim da Biblioteca há um aspersor de rega que verte continuamente; perguntou se não pode ser utilizado o estacionamento reservado à escola de condução, no parque de estacionamento atrás da Câmara, no período em que não é usado pela escola; o estacionamento na Travessa do Calvário impede a normal fluidez do tráfego; na ponte sobre a Vala de Almeirim, à EN cento e catorze, existe muito lixo sobre os passeios, acrescentando que os pilares da mesma estão fissurados há muitos

anos, junto ao solo; na Rua do Paço foram retirados e não foram repostos os sinais de aproximação de passadeira de peões; e que a Travessa da Olaria não tem placas toponímicas.-----

-----O Sr. Presidente agradeceu a colaboração do município.-----

-----Às dezassete horas e dezasseis minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição